



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.

Aprova a alteração da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.799, de 17 de julho de 2024, que aprova a criação do Programa VISA-CIS (Programa de Apoio Técnico às Ações de Vigilância Sanitária Municipal via Consórcio Público de Saúde), e suas normas gerais de financiamento.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- a Lei Estadual nº 18.036, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a constituição de consórcios públicos no Estado e dá outras providências;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- o Decreto Estadual nº 48.600, de 10 abril de 2023, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;
- a Resolução SES/MG nº 5.173, de 08 de março de 2016, que estabelece os pré-requisitos a serem observados por Consórcios Intermunicipais de Saúde (CIS) que intencionem potenciais parcerias com a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG) e dá outras providências;
- a Resolução SES/MG nº 7.426, de 25 de fevereiro de 2021, que estabelece as regras do licenciamento sanitário e os prazos para resposta aos requerimentos de liberação de atividade econômica de que trata o Decreto Federal Estadual nº 48.036, de 10 de setembro de 2020, no âmbito da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais;
- a Resolução SES/MG nº 8.765, de 16 de maio de 2023, que altera os Anexos I, II, III, IV e V da Resolução SES/MG nº 7.426, de 25 de fevereiro de 2021, que estabelece as regras do licenciamento sanitário e os prazos para resposta aos requerimentos de liberação de atividade econômica, no âmbito da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.418, de 18 de outubro de 2023, que aprova a política continuada de Pactuação de Responsabilidade de Fiscalização dos Produtos e Serviços Sujeitos ao Controle Sanitário no âmbito da Vigilância Sanitária de Minas Gerais;
- a Resolução SES/MG nº 9.081, de 18 de outubro de 2023, que define as regras de financiamento da política continuada de pactuação da responsabilidade de fiscalização dos produtos e serviços sujeitos ao controle sanitário no âmbito da Vigilância Sanitária de Minas Gerais, instituída pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.418 de 18 de outubro de 2023;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.799, de 17 de julho de 2024, que aprova a criação do Programa VISA-CIS (Programa de Apoio Técnico às Ações de Vigilância Sanitária Municipal via Consórcio Público de Saúde), e suas normas gerais de financiamento;
- a Resolução SES/MG nº 9.637, de 17 de julho de 2024, que define as regras de financiamento e monitoramento do Programa VISA-CIS (Programa de Apoio Técnico às Ações de Vigilância Sanitária Municipal via Consórcio Público de Saúde) instituído pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.799, 17 de julho de 2024;
- a necessidade de ampliação do prazo de adesão ao Programa VISA CIS e a implantação de novo cronograma de implantação em função dessa alteração; e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 311ª Reunião Ordinária, ocorrida em 18 de setembro de 2024.

DELIBERA:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica aprovada a alteração da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.799, de 17 de julho de 2024, que aprova a criação do Programa VISA-CIS (Programa de Apoio Técnico às Ações de Vigilância Sanitária Municipal via Consórcio Público de Saúde), e suas normas gerais de financiamento.

Art. 2º - Fica alterado o Art. 15 da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.799, de 17 de julho de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15 - Os Consórcios Públicos de Saúde interessados na implementação do Programa VISA-CIS deverão enviar para a Secretaria de Estado de Saúde sua Manifestação de Interesse e a Documentação necessária, conforme definido no Anexo II, até **24 de setembro de 2024**.”(nr)

Art. 3º - Fica definido o cronograma de implantação do Programa VISA CIS, conforme Anexo Único desta Deliberação.

Art. 4º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2024.

FABIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 18 DE SETEMBRO DE 2024
(disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br/cib).

MINUTA CIB



ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA VISA CIS

24/09/2024 – Prazo final para entrega da documentação exigida para adesão ao programa por parte dos Consórcios Públicos de Saúde – Manifestação de Interesse de Adesão do Consórcio, Manifestação de Interesse dos Municípios da Região e Certificado de Registro Cadastral (CRC) CAGEC (art. 15 e Anexo II da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.799, de 17 de julho de 2024).

26/09/2024 – Publicação dos consórcios classificados pela Secretaria de Estado de Saúde (art. 16 da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.799, de 17 de julho de 2024).

27/09/2024 – Prazo para interposição de recurso pelo consórcio referente à lista de consórcios classificados. O recurso deve ser apresentado na forma de ofício contendo a fundamentação técnica da discordância em relação à lista de consórcios públicos classificados e ser apresentado no mesmo processo SEI em que foi apresentada a documentação de adesão

28/09/2024 – Publicação da relação final dos consórcios classificados pela Secretaria de Estado de Saúde (art. 16 da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.799, de 17 de julho de 2024).

CIB Macro de Outubro - Pactuação na CIB Macro dos consórcios selecionados pelas regiões de saúde como beneficiários do Programa VISA CIS (art. 17 da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.799, de 17 de julho de 2024).

14/10/2024 a 14/11/2024 – Assinatura dos Termos de Compromisso no SIG-RES pelos consórcios beneficiários (art. 6º da Resolução SES/MG Nº 9.637, de 17 de julho de 2024).

A partir de novembro de 2024 - Pagamento da parcela única de Investimento e pagamento de 10% da parcela de Custeio aos consórcios beneficiários (art. 4º e 5º da Resolução SES/MG Nº 9.637, de 17 de julho de 2024).



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Janeiro a Março de 2025 - Elaboração e prazo final para aprovação do Plano de Trabalho (art. 18 da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.799, de 17 de julho de 2024).

Abril 2025 – Pagamento da primeira parcela de Custeio (90%) e início de execução das ações programadas (art. 5º da Resolução SES/MG Nº 9.637, de 17 de julho de 2024).

Junho de 2025 – prestação de contas no SIG-RES do Primeiro Ciclo de Monitoramento, que envolve a apresentação e comprovação dos Resultados dos Indicadores de Monitoramento (art. 8º e Anexo II da Resolução SES/MG Nº 9.637, de 17 de julho de 2024) e o Relatório de Execução do Recurso detalhado para a modalidade Investimento e Custeio por parte dos consórcios beneficiários (art. 9º e 10 da Resolução SES/MG Nº 9.637, de 17 de julho de 2024).

Dezembro de 2025 - prestação de contas no SIG-RES do Segundo Ciclo de Monitoramento, que envolve a apresentação e comprovação dos Resultados dos Indicadores de Monitoramento (art. 8º e Anexo II da Resolução SES/MG Nº 9.637, de 17 de julho de 2024) e o Relatório de Execução do Recurso detalhado para a modalidade Investimento e Custeio por parte dos consórcios beneficiários (art. 9º e 10 da Resolução SES/MG Nº 9.637, de 17 de julho de 2024).

Abril 2026 - Pagamento da segunda parcela de Custeio mediante cumprimento do Plano de Trabalho (art. 5º da Resolução SES/MG Nº 9.637, de 17 de julho de 2024).

Junho de 2026 - prestação de contas no SIG-RES do Terceiro Ciclo de Monitoramento, que envolve a apresentação e comprovação dos Resultados dos Indicadores de Monitoramento (art. 8º e Anexo II da Resolução SES/MG Nº 9.637, de 17 de julho de 2024) e o Relatório de Execução do Recurso detalhado para a modalidade Investimento e Custeio por parte dos consórcios beneficiários (art. 9º e 10 da Resolução SES/MG Nº 9.637, de 17 de julho de 2024).

Dezembro de 2026 - prestação de contas no SIG-RES do Quarto Ciclo de Monitoramento, que envolve a apresentação e comprovação dos Resultados dos Indicadores de Monitoramento



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

(art. 8º e Anexo II da Resolução SES/MG Nº 9.637, de 17 de julho de 2024) e o Relatório de Execução do Recurso detalhado para a modalidade Investimento e Custeio por parte dos consórcios beneficiários (art. 9º e 10 da Resolução SES/MG Nº 9.637, de 17 de julho de 2024).

Junho de 2027 - prestação de contas no SIG-RES do Quinto Ciclo de Monitoramento, que envolve a apresentação e comprovação dos Resultados dos Indicadores de Monitoramento (art. 8º e Anexo II da Resolução SES/MG Nº 9.637, de 17 de julho de 2024).

MINUTA CIB